

HABEAS CORPUS Nº 548.606 - RJ (2019/0356992-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PAULO GUSTAVO DA CUNHA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : PAULO GUSTAVO DA CUNHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PAULO GUSTAVO DA CUNHA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0050863-59.2017.8.19.0001 de relatoria do Desembargador Paulo Rangel).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 27 dias de detenção, em regime inicialmente semiaberto, e ao pagamento de 163 dias-multa, pela prática dos delitos tipificados no art. 138, c/c o art. 141, II e III, na forma do art. 71 (20 vezes); no art. 139, c/c o art. 141, II e III, na forma do art. 71 (20 vezes); no art. 140, c/c o art. 141, II e III, na forma do art. 71 (20 vezes); e no art. 359, tudo na forma do art. 69, todos do Código Penal (e-STJ fls. 119/123).

Interposta apelação, os desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça deram parcial provimento ao recurso defensivo a fim de absolver o acusado quanto aos delitos dos arts. 139 e 359, ambos do Código Penal, na forma do art. 386, I, do Código de Processo Penal e para corrigir a dosimetria da pena no que tange à continuidade delitiva, estabelecendo a sanção em 3 anos e 4 meses de detenção, em regime semiaberto, e 40 dias-multa pela prática dos crimes tipificados no art. 138, c/c o art. 141, II e III, e no art. 140, c/c o art. 141, II e III, por mais de seis vezes, na forma do art. 71, todos do diploma penal (e-STJ fls.129/138).

Neste *writ*, a defesa informa que "*O Acórdão na Apelação foi FEITO SEM QUE NINGUÉM PRESTASSE ATENÇÃO EM NADA, NÃO SE OUVIU OS DEPOIMENTOS DA IDOSA E DA CUIDADORA ONDE ELAS REALMENTE DENUNCIAVAM CRIMES QUE O PROMOTOR DO IDOSO COMETIA POR TER*

RECEBIDO DINHEIRO PARA GARANTIR TORTURA A IDOSA FRAUDANDO O TRIBUNAL DO IDOSO" (e-STJ fl.11).

Alega que a decisão recorrida encontra-se eivada de erros, a saber (e-STJ fl. 12) :

I) o número correto do processo é 0413014-22.2016.8.19.0001, e, na apelação, consta o n. 0050863-59.2017.8.19.0001; II) "NÃO HOUE O CUIDADO DE OUVIR AS GRAVAÇÕES AUDIO VISUAIS, E FOI FEITO POR PESSOA QUE ESCREVEU TOLICES COMO: "TORTURA DE IDOSO É IRRELEVANTE PENAL"; III) "NO ACÓRDÃO DA APELAÇÃO FALA-SE EM MANDADO DESATENÇÃO POIS FOI FALADO PARA EXPEDIR MANDADO DE PRISÃO APÓS PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO".

Assevera, ainda, que *"A IDOSA FOI TESTEMUNHA E DENUNCIOU QUE ERA VITIMA DE TORTURA, CÁRCERE PRIVADO E ROUBO DE VENCIMENTOS, testemunho em gravação audiovisual durante a audiência do Juiz ALEXANDRE GUIMARÃES GAVIÃO PINTO que MENTIU O TESTEMUNHO DA MESMA em SUA SENTENÇA FRAUDE"*, bem como que *"A CUIDADORA DE IDOSOS CRISTIANE DIAS DIOGO TESTEMUNHOU QUE A IDOSA ERA VITIMA DE TORTURA, CARCER PRIVADO E ROUBO DE VENCIMENTOS, testemunho em gravação audiovisual durante a audiência do Juiz ALEXANDRE GUIMARÃES GAVIÃO PINTO que MENTIU O TESTEMUNHO DA MESMA em SUA SENTENÇA FRAUDE"* (e-STJ fl.14).

Por fim, ressalta que *"NINGUÉM DEVERIA SER PRESO POR DENUNCIAR CRIME CONTRA IDOSO, FRAUDE A TRIBUNAL E CORRUPÇÃO NO MINISTÉRIO PUBLICO"* (e-STJ fl. 15).

Dessa forma, requer, liminarmente, a revogação da prisão, ante a ausência dos requisitos ensejadores da custódia, com a consequente expedição do alvará de soltura. No mérito, postula a confirmação da liminar (e-STJ fls. 3/16).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas*

Superior Tribunal de Justiça

corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator